

COMARCA DE TRAMANDAI – RS
Juízo da 3ª Vara Cível - Especializada em Fazenda Pública -
EXECUÇÃO FISCAL Nº 5004757-72.2017.8.21.0073/RS
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE IMBÉ / RS
EXECUTADO: JOSE ROBERTO BARTH CAMPOS

EDITAL DE HASTA PÚBLICA JUDICIAL E INTIMAÇÃO DAS PARTES

Datas: 23.02.26 e 25.02.26


Horário: 10 h

Modalidade: Pregão Eletrônico junto ao site www.eduardovivian.com.br –
exclusivamente on-line -

Eduardo Vivian, Leiloeiro Público, faz saber aos que pelo presente tiverem conhecimento que nos dias, horário e na modalidade supra informada, **com base na Resolução 236 do CNJ**, procederá ao [apregoamento eletrônico](#) para tentativa de venda judicial do seguinte bem:

Lote 001

Em Mariluz, o Lote 30, Quadra 067, Matrícula 70.565, com 300,00m², na Avenida 03, na quadra formada pelas vias Lajeado, 23 e 15, tendo uma casa sobre o lote. Avaliação: R\$ 150.000,00.

| REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TRAMANDAÍ | | Fls. | MATRÍCULA |
|---|--|---------|-----------|
| LIVRO n.º 2 - REGISTRO GERAL | | | |
| TRAMANDAÍ, 13 de agosto de 19 82 | | 1 | 70.565 |
| UM TERRENO urbano, sem benfeitorias, situado neste município, no - Balneário Mariluz, constituído do lote nº 30 da quadra 67, com - área de 300m2, medindo 12m de frente, ao ceste, no alinhamento da Avenida 3, igual medida nos fundos, ao leste, onde entesta com o - lote 5, por 25m de extensão de frente a fundos, por ambos os lados dividindo-se por um lado, ao norte, com o lote 29, e pelo outro - lado, ao sul, com o lote 31, distante, 49m da esquina da rua 15 , no quarteirão formado pelas ruas Lageado, 23 e 15, e Av. 3. Pro - prietário: <u>OMAR MOREIRA LUZ</u> , brasileiro, corretor de imóveis, CIC nº 077.325.030, casado com Antonia Luz, do lar, polonesa, com car - teira de identidade para estrangeiros nº 132.469, residentes e de miciliados em Canoas. Procedência: Transcrição nº 31.955 do livro 3-A1, do Registro de Imóveis de Osório. | | | |
|  OTOMIR SIMÕES CHAVES OF. DE REG. E AUTORIZADO PELO C.M. | | OFICIAL | IF |

Pelo presente Edital ficam as partes, procuradores, herdeiros e credores intimados caso não tenham sido localizados por via postal ou pelo Senhor Oficial de Justiça. Os bens são vendidos no estado em que se encontram, sendo responsabilidade exclusiva do arrematante a vistoria, localização e identificação dos mesmos antes da venda judicial, não se admitindo reclamação posterior. Existe possibilidade de parcelamento, cabendo ao arrematante depositar pelo menos 25,00% do valor da oferta vencedora, podendo pagar o saldo em até 30 meses, cujo valor será atualizado pelo IPCA. As guias de depósito deverão ser retiradas mensalmente em Cartório. Até o final do pagamento o imóvel arrematado ficara como garantia, sendo registrada na matrícula ou prontuário Hipoteca Judicial ou Penhor Legal. Poderá o arrematante antecipar o pagamento de parcelas. **Artigo 895 do CPC:** O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. Ao participar do certame de venda judicial o arrematante concorda com todos os termos do presente Edital. Em não havendo oferta igual ou superior ao valor da avaliação na primeira data, na segunda chamada

Rua Vergueiros, 163, 3ª Vara Cível Esp. em Fazenda Pública - Bairro: Centro -
CEP: 95590000 - Fone: (51) 3098-5594 - Balcão Virtual: (51) 998573897 -
Email: frtramanda3vciv@tjrs.jus.br

serão os bens vendidos a quem mais oferecer, partindo os lances de 50,00% do valor da avaliação. No ato da arrematação ou adjudicação será paga taxa de leilão em favor do Leiloeiro Público em cheque ou dinheiro, em percentual de 10,00% sobre o valor da oferta vencedora. O arrematante deverá recolher em 24 h o valor do lance ou do sinal inicial através de depósito judicial junto ao Banrisul, cuja guia será enviada por e-mail ao arrematante. **A venda judicial ocorrerá somente no modo on-line através do site www.eduardovivian.com.br, não presencial**, não sendo aceitas ofertas via telefone, fax, e-mail, SMS, WhatsApp ou outro meio eletrônico. Dívidas de IPTU vencidas anteriormente a arrematação não se transferem ao arrematante por força do **artigo 130 do CTN**, o mesmo ocorrendo em relação a multas, IPVAs e Seguros Obrigatórios dos veículos, vencidos anteriormente a venda judicial, os quais não se transferem ao arrematante. No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência, na forma do **artigo 908, § 1º do CPC**. Com relação ao cancelamento dos ônus sobre a matrícula incidirá o disposto nos artigos **538, 539 e 540 da Consolidação Normativa e Notarial da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Se a venda judicial for anulada por culpa do arrematante, não haverá devolução da comissão de leilão. Ônus: os constantes nas matrículas dos imóveis ou nos prontuários dos veículos, recomendando-se que os interessados obtenham cópia da matrícula junto ao Registro de Imóveis ou junto ao CRVA no caso dos automóveis. Outras informações pelo fone 99989 2009 ou 51 981467539, **em dias úteis e em horário comercial** ou pelo site ww.eduardovivian.com.br. Para conhecimento das partes e interessados reproduz-se o **artigo 358 do Código Penal Brasileiro** - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. No caso dos imóveis, quando houver necessidade de regularização tal encargo caberá ao arrematante. Dado e passado neste Fórum, em 14.11.25.



Eduardo Vivian
Leiloeiro Público



Juíza de Direito

Rua Vergueiros, 163, 3ª Vara Cível Esp. em Fazenda Pública - Bairro: Centro -
CEP: 95590000 - Fone: (51) 3098-5594 - Balcão Virtual: (51) 998573897 -
Email: frtramanda3vciv@tjrs.jus.br